



Projeto aprovado ontem provocou debate no plenário, com os pequenos partidos criticando e os maiores apoiando as mudanças

**PLENÁRIO APRECIOU
13 MATÉRIAS
NESTA SEMANA**

PÁGINA 3

Senado muda regras de acesso dos partidos à propaganda gratuita

Pequenas agremiações terão espaços reduzidos no rádio e na TV, a menos que se unam em federações. Projeto vai à Câmara e poderá valer para 2002

O plenário aprovou ontem projeto que dispõe sobre o acesso a recursos do fundo partidário e ao horário gratuito de propaganda no rádio e na TV. Pequenos

partidos terão espaços reduzidos, mas poderão se unir em federações para ampliá-los. Se aprovadas na Câmara, as novas regras valerão para as eleições de 2002.

PÁGINA 3



Paulo Souto e o presidente da comissão, Ramez Tebet: relatório parcial será encaminhado ao Ministério Público



Desembargador facilitou soltura ilegal, conclui relator

O relator Paulo Souto concluiu que o desembargador Daniel Ferreira da Silva, do Amazonas, permitiu ou facilitou a soltura ilegal de narcotraficantes. O relatório foi aprovado ontem pelos integrantes da CPI, sem nenhuma alteração.

PÁGINA 5

Malan manifesta otimismo em relação à luta contra a miséria



Ao depor na Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse não ter dúvidas de que o Brasil po-

derá reduzir a pobreza em pelo menos 50% "muito antes" de 2015 – prazo com o qual o país se comprometeu em encontro da ONU.

PÁGINA 7

Na mesa com Malan, o deputado Roberto Brant e os senadores Marina Silva e Maguito Vilela, durante a reunião de ontem da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza



Senado participa da comemoração dos 500 anos

Encontro de Antonio Carlos Magalhães com o ministro Francisco Weffort marca o início dos preparativos de exposição sobre a formação do país, que contará com peças de museus do Rio de Janeiro e de Minas Gerais



Antonio Carlos apresentou votos de sucesso aos participantes de um torneio de ginástica olímpica realizado em Brasília

Senador é cumprimentado por grupo de jovens atletas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi cumprimentado por um grupo de jovens que participam de torneio de ginástica olímpica em Brasília, na tarde de ontem.

O grupo percorria o roteiro da visita guiada às dependên-

cias do Senado, organizada pela Subsecretaria de Relações Públicas, quando reconheceu o senador. Antonio Carlos apresentou votos de sucesso nas provas e posou para as câmeras fotográficas dos jovens atletas.

Congresso Nacional aprecia 27 medidas provisórias na terça

O Congresso Nacional reúne-se na terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, para apreciar 27 medidas provisórias. A sessão de ontem foi adiada porque os trabalhos na Câmara se estenderam por um período maior que o previsto.

Entre as MPs que serão apreciadas, está a que cria, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV). A matéria também

institui no Executivo a jornada de trabalho reduzida, com salário proporcional, e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em dinheiro.

Os parlamentares também devem deliberar sobre a MP que mudou a legislação do Imposto de Renda, das contribuições para a Seguridade Social (Cofins) e para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Uma exposição sobre a formação do país, com algumas das melhores peças que se encontram nos principais museus históricos brasileiros, vai marcar a participação do Senado nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento. A organização do evento, que deve ser inaugurado em maio, no Salão Negro, começou ontem, com um encontro entre o senador Antonio Carlos Magalhães e o ministro da Cultura, Francisco Weffort.

— Trata-se de uma bela idéia do presidente Antonio Carlos, e certamente será uma das mais bonitas mostras da celebração dos 500 anos. Quero agradecer a ele por mais este gesto de apoio à cultura brasileira — disse o ministro.

A reunião, realizada no gabinete do presidente do Senado, contou com a participação do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, e dos diretores dos três museus que emprestarão peças para a exposição: Vera Lúcia Tostes, do Museu Histórico Nacional; Maria de Lourdes



O ministro Francisco Weffort elogiou a iniciativa do Senado em encontro com Antonio Carlos e com o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia

Parreiras Horta, do Museu Imperial de Petrópolis; e Antonio Duarte, do Museu Mariano Procópio, de Minas Gerais.

Agaciel Maia informou que já estão sendo iniciados a elaboração do roteiro da exposição e os estudos da ambientação especial para o Salão Negro do Senado, ressaltando que um dos aspectos

inéditos da mostra é o fato de que muitas peças nunca haviam deixado os museus a que pertencem. Este será o caso, por exemplo, da coroa que foi usada por dom Pedro I.

— Vamos trabalhar para que este seja um dos grandes eventos da comemoração dos 500 anos — disse o diretor-geral do Senado.



Almir Gabriel visitou ACM com o senador Luiz Otávio

Almir Gabriel procura aproximar PFL e PSDB

O governador do Pará, Almir Gabriel, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com quem afirmou ter conversado sobre temas da política regional.

— Vim tratar de coisas da paróquia: a aproximação do PSDB e do PFL, para reconstituir a União pelo Pará, que permitiu a minha primeira eleição — esclareceu Almir Gabriel.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
10h — Participa da solenidade de entrega da Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico. Base Aérea de Brasília
11h — Participa de reunião no Palácio do Planalto

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Edição e
Publicações

Eleições de 2002 poderão ter federações de partidos

Projeto aprovado em plenário prevê a possibilidade de pequenas agremiações unirem-se para tentar obter o mínimo de 5% dos votos em todo o país, necessários para o acesso privilegiado ao fundo partidário e à propaganda eleitoral gratuita

Aprovada programação monetária

A Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1999 foi aprovada ontem pelo plenário do Senado. A matéria foi apreciada previamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo obtido parecer favorável apresentado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA). O documento contém as estimativas do governo para a economia no que se refere à moeda e ao crédito e análises do desempenho dos principais indicadores econômicos do país.

As autoridades monetárias sustentam uma expectativa satisfatória com relação ao Produto Interno Bruto para 1999. O plenário aprovou ainda a renovação da concessão da Rádio Cultura de Arapongas.

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de lei de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), que dispõe sobre o acesso a recursos do fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na TV.

De acordo com a matéria, partidos que não tenham caráter nacional poderão se organizar em federações, já nas eleições gerais de 2002, para a contagem dos votos mínimos necessários ao acesso a 99% do fundo partidário e à propaganda gratuita.

A lei atual define como partidos nacionais aqueles que obtenham no mínimo 5% dos votos para a Câmara dos Deputados (não computados os brancos e nulos), distribuídos em pelo menos um terço dos estados da Federação, com o mínimo de 2% do total dos votos em cada um deles.

Para as legendas registradas no



José Agripino apresentou o projeto que recebeu substitutivo de Edison Lobão

Tribunal Superior Eleitoral que não conseguirem tais resultados será destinado 1% dos recursos do fundo partidário, dividido igualmente.

Com relação ao acesso à propaganda gratuita, o substitutivo determina que um décimo do tempo será repartido igualmente entre todos os partidos que tenham candidato e

os nove décimos restantes distribuídos proporcionalmente à bancada de cada um na Câmara dos Deputados.

Aprovada em votação simbólica, a matéria vai agora à apreciação da Câmara dos Deputados. Um destaque que postergaria a entrada em vigor do projeto até o ano de 2010 foi derrotado por 42 votos a 13. Portanto, seus dispositivos entram em vigor imediatamente após a sanção do presidente da República.

DEBATES

Durante a discussão, o senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou o projeto inconstitucional, dizendo que retrocede aos tempos do regime militar. "É uma tentativa de engessar os partidos como se fossem propriedade do Estado. Numa democracia, os partidos devem ser livres para transformar o Estado e não para serem tutelados por ele".

Para Freire, muitos dos itens da

reforma partidária são instrumentos restauradores do autoritarismo. "Fidelidade partidária, proibição de coligações, cláusula de barreira, exigência de domicílio eleitoral são meras tentativas de criar uma reserva de mercado para o PSDB, PFL e PMDB. Falo, hoje, em nome do PPS, não mais um partido pequeno, menos ainda nanico, mas uma alternativa real de poder."

O projeto foi discutido, também, pelos senadores José Agripino, Francelino Pereira (PFL-MG), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Álvaro Dias (PSDB-PR), que o consideraram uma iniciativa de organizar a vida partidária e eleitoral do país. Já Marina Silva (PT-AC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Emília Fernandes (PDT-RS) afirmaram que o objetivo real do projeto é matar de inanição os pequenos partidos.

Balanço da semana registra a aprovação de 13 matérias em plenário

Treze matérias foram aprovadas nesta semana pelo plenário do Senado, onde se encerrou a discussão, em segundo turno, da emenda constitucional que trata dos poderes das CPIs. O movimento foi grande em toda a Casa nos últimos dias, com destaque para a aprovação de três relatórios parciais da CPI do Judiciário e o comparecimento, à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e também do ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

O plenário aprovou as indicações do general-de-Exército José Luiz Lopes da Silva para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e de Paulo Tarso Flecha de Lima para acumular a função de embaixador na Albânia com a de representar o Brasil junto ao governo da Itália.

Outros projetos aprovados em plenário: a programação monetária para o quarto trimestre deste ano; o aperfeiçoamento do processo para declarações de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF); a autorização de alienação de imóvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e a renovação das concessões de cinco emissoras de rádio.

Ainda durante esta semana, o plenário aprovou dois projetos de proteção aos portadores de deficiência: o que cria cooperativas para inserir deficientes mentais no mercado de trabalho, e o que isenta de IPI veículos comprados por deficientes físicos.

Matérias aprovadas pelo Senado	
(de 18 a 21 de outubro de 1999)	
Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Projetos aprovados em 1º turno	2
Indicações de diplomatas	1
Indicações de autoridades	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
Total de matérias aprovadas	13

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

COMISSÕES

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, abriu na quarta-feira o seminário "A Amazônia - patrimônio ameaçado?", promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou em caráter terminativo projeto que proíbe a circulação, em vias públicas, de cães perigosos sem coleira e focinheira. Aprovou ainda projeto que destina à Escola de Magistratura do Tribunal de Justiça do DF e à assistência judiciária gratuita da OAB local a taxa de 2% sobre o valor da causa, cobrada no Distrito Federal.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou nove emendas ao Plano Plurianual 2000/2003 e cinco ao Orçamento do ano que vem, e deu pareceres favoráveis à contratação de em-

préstimo no valor de US\$ 2,2 bilhões; a projeto estendendo o seguro-desemprego aos pescadores durante o período de proibição da pesca; e empréstimo de R\$ 57,2 milhões para Roraima.

A CPI do Judiciário aprovou três relatórios parciais apresentados pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA) - sobre adoções internacionais de crianças em Jundiá (SP), irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e soltura irregular de narcotraficantes no Amazonas. A CPI ouviu o juiz da Primeira Vara de Falências de Cuiabá, José Geraldo da Rocha Palmeira, sobre acusação de facilitar transferência e fuga de narcotraficantes de prisões de Mato Grosso, e também o desembargador do Tribunal de Justiça do estado, Atahide Monteiro da Silva, sobre denúncia de venda de sentença.

Emenda que regulamenta CPIs tem discussão encerrada

O plenário do Senado encerrou ontem a discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que detalha os poderes das comissões parlamentares de inquérito (CPIs). A Constituição diz atualmente que as CPIs terão "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais" e, caso a mudança seja aprovada, ficará explicitado que as CPIs poderão quebrar sigilo bancário, telefônico e fiscal de investigados. Terão também poderes para requisitar documentos e informações, ouvir testemunhas e indiciados, "inclusive qualquer integrante dos Poderes da República".

A votação da proposta de emenda está marcada para terça-feira. Se aprovada, será remetida à apreciação dos deputados, que também devem votá-la em dois turnos. Só depois disso, caso não receba modificações dos deputados, será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara, entrando em vigor imediatamente.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que, por decisões da Justiça, as CPIs dos Bancos e do Poder Judiciário quase ficaram inviabilizadas. "Na minha opinião, a CPI já possuía poderes de quebrar



Pedro Simon lembra que decisões da Justiça quase tornaram inviáveis duas CPIs

sigilos e buscar documentos, mas não faz mal aprovar uma emenda constitucional reforçando esses direitos de investigação próprios dos juízes", disse ele.

Para Simon, mais importante do que essa PEC é o projeto de lei, já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara, dispondo que as conclusões de uma CPI não podem ficar no fim da fila dos processos no Judiciário, devendo ter prioridade absoluta de exame.

O senador afirmou que a morosidade do Judiciário às vezes frustra a opinião pública. "Ela nos cobra providências porque fazemos um 'carnaval' e depois nada acontece", concluiu Simon.

Senado presta homenagem aos 150 anos de Nabuco

A atualidade das idéias de Joaquim Nabuco, patrono da cultura pernambucana, foi destacada pelos senadores ontem na Hora do Expediente. A homenagem marcou a

passagem do 150º aniversário do nascimento de Nabuco. Discursaram na solenidade os senadores José Jorge, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Magalhães.

José Jorge lembra esforço contra exclusão social

“Um exemplo a seguir”, disse o senador José Jorge (PFL-PE), ao relembrar a vida e a obra de Joaquim Nabuco, patrono da cultura pernambucana. O senador foi autor do requerimento que deu origem às homenagens a Joaquim Nabuco, pelos 150 anos de seu nascimento, e à Fundação Joaquim Nabuco, pelos 50 anos de sua criação, prestadas ontem no plenário do Senado Federal.

José Jorge ressaltou o rigor ético de Nabuco e as lições da melhor política que deu em sua época, ao pregar o fim da exclusão social. O senador lembrou ainda o ingresso de Nabuco na Academia Brasileira de Letras, comentando suas obras, como *Um Estadista do Império*, que José Jorge considera uma obra-prima da literatura política.

– Não se recusa a Nabuco, escritor, político, diplomata, intelectual, abolicionista, cidadão, o fato de ingressar na história como exemplo de homem invulgar, pela aguda inteligência e inestimáveis serviços que pres-



José Jorge ressaltou a atualidade das idéias de Joaquim Nabuco, lembrando que ele foi um dos pioneiros do trabalhismo

tou à nacionalidade – afirmou.

José Jorge ressaltou, ainda, a atualidade das idéias de Joaquim Nabuco, lembrando que ele foi um pioneiro do trabalhismo e defendeu reformas complementares à abolição da escravatura, juntando à questão da emancipação dos escravos a democratização do solo.

– A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz

honra ao Estado – disse José Jorge, citando Joaquim Nabuco.

O senador falou também sobre a Fundação Joaquim Nabuco, idealizada para estudar as condições de vida do trabalhador da região agrária do Nordeste e do pequeno lavrador, visando ao melhoramento dessas condições. Lembrando a sua criação, por Gilberto Freyre, “outro pernambucano notável”, José Jorge ressaltou que a fundação tem feito jus ao nome de Joaquim Nabuco, prestando 50 anos de profunda dedicação ao país.

Defesa da cidadania precisa continuar, diz Suplicy

O que diria hoje Joaquim Nabuco sobre o fato de um terço da população brasileira viver com menos do que o suficiente para atender às necessidades vitais de um ser humano? Esse foi o questionamento levantado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em discurso ontem, na homenagem aos 150 anos de nascimento do intelectual pernambucano e os 50 anos de criação da Fundação Joaquim Nabuco.

– Nabuco queria alcançar a justiça, a liberdade, o direito de todos usufruírem a riqueza da nação. Afirmava que nenhum homem pode ser propriedade de outro. Se estivesse vivo hoje, Joaquim Nabuco continuaria sua batalha. A abolição no Brasil não seguiu os passos necessários para reverter 300 anos de escravidão. É preciso fazer isso. O cidadão precisa ter direito à cidadania. Uma renda mínima é direito inalienável do ser humano



Suplicy afirma que a abolição não seguiu os passos necessários para reverter 300 anos de escravidão

– afirmou, após ler trechos da obra do abolicionista.

Citando dados do Dieese, o senador disse que a situação do negro no Brasil ainda é “pior do que a do branco”, acrescentando que o negro sofre mais com o desemprego. O senador citou o Distrito Federal, onde o desemprego atinge a taxa de 20,5% entre negros e 17,5% entre os demais. Ainda segundo o Dieese, a renda média mensal em Porto Alegre é de R\$ 409,00 para os negros e R\$ 628,00 para as outras etnias, e em Salva-

dor, R\$ 403,00 para os negros e R\$ 859,00 para os demais.

O senador destacou ainda, em seu discurso, a “força das palavras incansáveis” do abolicionista e os estudos que a Fundação Joaquim Nabuco realiza sobre a situação do trabalhador brasileiro.

Depois do discurso de Suplicy, o neto de Joaquim Nabuco, José Thomaz Nabuco, agradeceu, em nome da família, a homenagem prestada pelo Senado Federal ao seu avô.

ACM diz que idéias do abolicionista inspiram reformas necessárias hoje

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, durante a comemoração dos 150 anos de nascimento de Joaquim Nabuco e dos 50 anos de criação da Fundação Joaquim Nabuco, que o abolicionista, se estivesse vivo, “estaria lutando contra as desigualdades sociais e inspirando de forma dinâmica as reformas de que o país precisa”.

Além de “destacado reformador social”, Antonio Carlos lembrou que Nabuco exerceu as atividades de memorialista, orador, jornalista, historiador, político, diplomata e ensaísta. Elogiou também a obra literária do homenageado, recordando que Joaquim Nabuco foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e seu secretário-geral.

Observou ainda que, apesar de defensor da monarquia, o homenageado foi um dos principais abolicionistas, tendo se engajado na campanha antiescravagista com “extraordinário ardor”.

Ao cumprimentar os descendentes do abolicionista, na figura do neto ali presente, José Thomaz Nabuco, o senador disse que a comemoração é uma “festa brasileira”, lastimando que tenha acontecido numa quinta-feira, que é quando os senadores se ocupam dos trabalhos das comissões permanentes da Casa.

– Joaquim Nabuco foi um dos maiores vultos da vida nacional e privilegiado protagonista da história brasileira do Segundo Império e dos inícios da República – sintetizou Antonio Carlos.



Antonio Carlos Magalhães (C) disse que Marco Maciel, presente à solenidade, “ajuda a dirigir o país de forma digna”

Presidente do Senado elogia atuação de Maciel e políticos de Pernambuco

O senador Antonio Carlos Magalhães aproveitou a homenagem realizada em plenário, ontem, pelo transcurso dos 150 anos de nascimento de Joaquim Nabuco, que era pernambucano, para elogiar a atuação de personalidades daquele estado, especialmente do vice-presidente Marco Maciel, presente à cerimônia.

– Não é sem razão que Marco Maciel está aqui, pois ajuda a dirigir o país de forma digna, competente e leal, e fez questão de comparecer para prestar sua homenagem a um dos maiores vultos nacionais – afirmou.

Antonio Carlos destacou a

presença do ministro do Tribunal de Contas da União, Marcos Vilaça, do autor do requerimento para realização da homenagem, senador José Jorge (PFL-PE), e do diretor da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando Freyre, filho do escritor e sociólogo Gilberto Freyre.

A fundação, que tem sede em Pernambuco e foi idealizada pelo próprio Gilberto Freyre, também foi homenageada pelo cinquentenário de sua criação. O presidente do Senado lembrou ainda que no ano que vem será comemorado o centenário de nascimento desse outro pernambucano ilustre.

Relatório diz que desembargador facilitou solturas

Em documento aprovado sem alterações pela comissão, Souto informa que trabalhos da CPI produziram indícios de que as condutas de magistrado e de advogada do Amazonas “violaram abertamente os limites da licitude”

Relatório apresentado ontem à CPI do Poder Judiciário pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) afirma que a conduta do desembargador da Justiça do Amazonas Daniel Ferreira da Silva e da advogada Maria José Menescal de Vasconcelos permitiu ou facilitou a soltura irregular e ilegal de narcotraficantes. Aprovado pela CPI sem alterações, o relatório trata especificamente das investigações feitas pela comissão em torno de fatos ocorridos na Justiça daquele estado e será incorporado ao relatório final da comissão, a ser apresentado e votado até o dia 30 de novembro.

— Os trabalhos da comissão produziram uma variada coleta de indícios de que as condutas do desembargador e da advogada violaram abertamente os limites da licitude — disse Paulo Souto.

Segundo o relator, existem diversos indícios de que Daniel Ferreira tenha favorecido ações propostas por Maria José de Vasconcelos visando à soltura ou alívio de penas de traficantes de drogas presos ou condenados.

Paulo Souto relacionou “os procedimentos incorretos adotados pelo desembargador” como subsídio a uma eventual ação penal que venha a ser proposta pelo Ministério Público. O Tribunal de Justiça do Amazonas também será informado oficialmente sobre as conclusões da CPI para que tome as providências cabíveis. O



desembargador está sendo acusado principalmente de prevaricação, ou seja, de descumprir a lei em benefício próprio ou de pessoas que deveriam estar pagando pelos crimes que cometeram.

PRESTÍGIO

Maria José de Vasconcelos está sendo acusada de exploração de prestígio. Diz o relatório de Souto: “Valendo-se dos contatos com o meio judicial propiciados, quer por sua origem, seja pela função exercida pelo marido (juiz criminal no Amazonas), aproximou-se do desembargador Daniel, engendrando uma forma fácil de auferir valores originários de criminosos endinheirados, os narcotraficantes”.

Ainda segundo o relator, além de manterem-se em contato mais próximo que o devido — o que seria comprovado pelo número de ligações que fizeram um para o outro —, o desembargador Daniel e a advogada Maria José estariam envolvidos na soltura de presos por meio de alvarás (quatro) com falsa assinatura do desembargador. Con-



Paulo Souto encaminhará relatório parcial ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça do Amazonas

forme apurou a CPI, Daniel Ferreira despachou nos processos antes e depois das assinaturas falsas, o que levou o relator a crer que as falsificações eram consentidas.

Além da falsificação de documentos, foram verificados pela CPI procedimentos irregulares, como o desvio dos processos do curso normal (distribuição) para que o desembargador pudesse neles despachar com mais celeridade e ao arripio da lei. Ele determinava a simples soltura ou a facilitava indiretamente pelo mecanismo da correição da pena, modificando-lhe a extensão, exemplifica o relator. Muitas vezes, os processos ainda estavam em grau de recurso e a soltura configuraria um abrupto encerramento do caso. Em outras ocasiões, os despachos do desembargador Daniel configuravam invasão da Justiça estadual sobre a competência da Justiça federal.

Ligações entre advogada e magistrado seriam freqüentes

O relatório de Paulo Souto informa que o desembargador Daniel Ferreira, do Tribunal de Justiça do Amazonas, e a advogada Maria José Vasconcelos, usando diversas linhas telefônicas pessoais, conversaram em 35 ocasiões durante o ano passado. Usando seu telefone funcional, o desembargador teria ligado 49 vezes para Maria José.

A quebra do sigilo telefônico dos dois revelou ainda, conforme Paulo Souto, uma grande quantidade de chamadas para o exterior, especialmente para países da América do Sul, conhecidos pela forte presença do narcotráfico, e para os Estados Unidos. De acordo com o relatório, o desembargador teria ligado 15 vezes para a Bolívia, três vezes para a Colômbia e 20 vezes para a Venezuela. Mas, em depoimento à CPI, ele não explicou essas ligações. Sobre os 271 telefonemas para os Estados Unidos, alegou que lá residia uma filha. A advogada teria ligado 13 vezes para a Colômbia.

Nos contatos pessoais, o comportamento também não teria sido o usual,

em se tratando de um desembargador e uma advogada, conforme expõe o relator em seu texto. “A testemunha Mary Vânia Marinho de Castro, cliente da dra. Maria José, afirmou, em um depoimento rico em detalhes, que esteve, no dia da libertação de seu marido, juntamente com a advogada, no Condomínio São João Del Rey, em Manaus. Na oportunidade, a advogada teria descido do veículo com um alvará em branco e o dinheiro (R\$ 20 mil) em espécie e adentrado no prédio, retornando após 40 minutos com o alvará assinado pelo desembargador Daniel”, expõe o relatório.

Paulo Souto observou que não são poucas as irregularidades praticadas pelo desembargador Daniel e que podem merecer a censura do Tribunal de Justiça do Amazonas. Um deles é o fato de o desembargador (no papel de corregedor de Justiça) conceder *habeas corpus* a presos com base na Lei da Organização Judiciária, que prevê visitas semestrais às cadeias públicas, sem, no entanto, nunca ter visitado o Presídio



Daniel Ferreira teria feito muitas ligações para Bolívia, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos

Central do Estado.

O relator acredita que o desembargador pode também ter infringido a Lei de Improbidade Administrativa, seja por ação ou por omissão, seja por receber vantagem econômica para tolerar o narcotráfico. Contudo, o relator teve o cuidado de excluir do seu relatório menção à corrupção passiva ou ativa, uma vez que o exame das contas bancárias de Daniel Ferreira e Maria José não apontou qualquer transferência de recursos.

Juiz é apontado como suspeito de crime contra ordem tributária

O juiz José Maria de Mello Porto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, pode ter praticado crime contra a ordem tributária — afirma relatório do senador Paulo Souto, ontem de manhã, pela CPI do Judiciário. O documento também levanta a possibilidade de o juiz ter praticado crimes de prevaricação, condescendência criminosa e improbidade administrativa.

A conclusão de Paulo Souto sobre a possibilidade de cometimento de crime contra a ordem tributária baseou-se na comparação de escritura pública da compra de um imóvel pelo magistrado com suas declarações de Imposto de Renda. No primeiro documento, constaria que Mello Porto teria pago R\$ 750 mil na operação, enquanto o mesmo imóvel é registrado em suas declarações de renda como se tivesse sido adquirido por R\$ 350 mil. Diante desta contradição, a CPI decidiu encaminhar toda a documentação sobre o assunto à Secretaria da Receita Federal para que apure a possível ocorrência de irregularidade fiscal.

Souto acrescentou que recebeu nesta semana um fax, encaminhado

por Mello Porto, no qual o juiz apresenta um aditamento à escritura pública da compra do referido imóvel, certificando que o valor pago teria sido de R\$ 375 mil. O relator da CPI disse que, apesar de ter incluído o documento entre

os anexos do seu relatório, não retificará a sua conclusão, justificando que o aditamento está datado da última segunda-feira, enquanto o imóvel foi adquirido em 1996.

O relatório aprovado pela CPI também determina que o Ministério Público Federal seja comunicado sobre o fato de Mello Porto, quando presidente do TRT-RJ, não ter determinado a

apuração de denúncias contidas em fita cassete apresentada pelo jornalista José Eduardo Homem de Carvalho. As gravações, já periciadas pelo laboratório de fonética da Universidade de Campinas, registram o relato de duas juízas classistas, Nair Bairral e Ana Telma Wainstock, e da advogada Laila Keizen da Fonseca sobre irregularidades, como a venda de votos “por qualquer R\$ 30 mil”.

A suposta omissão de Mello Porto pode ser enquadrada, conforme o relatório, como prevaricação ou condescendência criminosa, praticadas isoladamente ou de forma simultânea. Estes crimes estão relacionados à obrigação que tem o funcionário público de realizar ato exigido por lei.



O juiz José Maria de Mello Porto alegou ser vítima de perseguições no Rio

Sindicato dos Advogados do Rio fez primeiras denúncias

A CPI do Judiciário recebeu do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro os primeiros documentos denunciando irregularidades cometidas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Os primeiros depoimentos foram dos juízes Ivan Dias Rodrigues, Dóris Castro Neves e Amélia Valadão, que falaram sobre contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto. Os três juízes integraram comissão de sindicância que, em 1995, apurou as denúncias.

De acordo com o relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto, praticamente todos os depoentes falaram na promoção pessoal praticada pelo juiz Mello Porto. A comissão dispõe, entre outros documentos, de um calendário com a foto do magistrado e

a inscrição “Mello Porto 99”. Além disso, foi apresentado um vídeo em que ele apareceria em um “showmício”, e fotografias de adesivos em carros e *outdoors*, todos com *slogans* associados a Mello Porto.

Sobre o caso da promoção pessoal de Mello Porto, acionado por associações de magistrados e advogados, o Tribunal Superior do Trabalho determinou a retirada de cartazes, adesivos e *outdoors*. O então corregedor, ministro Almir Pazzianotto, solicitou ainda abertura de inquérito para apurar a responsabilidade pelo material. Porém o processo foi arquivado logo após o recolhimento do material de propaganda.

Em seu depoimento, Mello Porto justificou que as denúncias contra ele eram fruto da perseguição que sofria dos inimigos que diz ter no TRT do Rio de Janeiro.

Cândido atribui desemprego à concentração de renda

A crescente apropriação das riquezas pelos mais ricos é que leva à marginalização de vastos contingentes do mercado de trabalho, afirma senador, para quem o avanço tecnológico tem menos influência sobre o fenômeno do que se costuma pensar

Maria do Carmo pede salários mais altos para os professores

Ao associar-se às comemorações do Dia do Professor, transcorrido no dia 15, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendeu a melhoria das escolas e a valorização do magistério e rendeu homenagem a todos os professores brasileiros, em especial aos de Sergipe, afirmando que, com seu trabalho abnegado e dedicado, eles contribuem para a “construção de um mundo melhor e de um Brasil mais justo, mais solidário e mais humano”.

Para a senadora, o governo federal, embora faça esforços para melhorar a qualidade do ensino, precisa investir mais em educação. Além de melhorar fisicamente as escolas, aperfeiçoar os currículos e evitar a evasão escolar, precisa apoiar, valorizar, qualificar e remunerar condignamente os professores, disse, “pois a seus cuidados está a parte mais preciosa do tesouro nacional, que é a formação dos nossos jovens”.

Maria do Carmo afirmou que os quadros docentes do país res-



Maria do Carmo defendeu investimento em educação para enfrentar a pobreza

sentem-se de qualificação e remuneração, lembrando que ainda são elevados os índices de professores não-habilitados – sem curso superior completo – no primeiro grau, e que a maioria percebe menos de um salário mínimo. Ela acrescentou que, apesar de as faculdades e escolas esta-

rem formando mais professores a cada ano, a baixa remuneração vem estimulando a evasão de docentes para outras atividades de maiores salários.

A senadora afirmou que, para erradicar a pobreza no país, são necessários investimentos maciços em educação, porque há um consenso nacional de que aí está a raiz do problema.

– O processo de marginalização começa nos bancos escolares, tanto na falta de condições para as famílias enviarem seus filhos à escola quanto na evasão prematura de crianças que abandonam o ensino para trabalhar mais cedo, num círculo vicioso difícil de romper – frisou Maria do Carmo.

Ao analisar as causas do desemprego no Brasil, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que “a política defendida pela coligação conservadora que está no governo aprofunda a desnacionalização da economia brasileira, deprecia a poupança feita por várias gerações e concentra a renda nas mãos de poucos”.

Lembrando que a concentração de renda aumentou entre 1990 e 1998, mesmo período em que o desemprego cresceu, o senador afirmou: “É fácil concluir, pois, que o desemprego é a consequência maior da concentração de renda”.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Unicamp, no início da década, os 50% de brasileiros mais pobres detinham 12,7% de toda a renda brasileira, enquanto os 20% mais ricos concentravam 62,8%.

A pesquisa da Unicamp, disse o senador, revela que o Brasil já tem 5% de todo o desemprego mundial, ou o equivalente a 7 milhões de desempregados. “Isso nos coloca em quarto lugar no mundo em número de desempregados, atrás da Índia, da Indonésia e da Rússia, e caminhamos a passos



Cândido aponta a redução da jornada de trabalho como uma das soluções para o desemprego

largos para assumir a segunda posição na lista.”

AVANÇO TECNOLÓGICO

Embora reconheça que o avanço tecnológico exige novas qualificações para os trabalhadores, o senador lembrou que “isto sempre existiu, porque o capitalismo está sempre revolucionando as bases da produção”. Para ele, o avanço tecnológico explica parcialmente o desemprego, mas não explica o desemprego global verificado hoje.

– Para os capitalistas, a causa do desemprego seria o alto cus-

to da mão-de-obra no nosso país, devido à excessiva regulamentação. A solução seria, então, tornar o emprego mais fácil, e mais barato, para o capitalista, como se o Brasil não fosse, já, um dos países com os menores custos de trabalho do mundo; como se não fosse o próprio alto nível de desemprego a causa do achatamento ainda maior dos salários. Trata-se de reduzir os já poucos direitos que os trabalhadores conquistaram em décadas de lutas. E ainda dizem que isto é para o bem dos trabalhadores – protestou o senador.

Geraldo Cândido também abordou o surgimento do “desemprego intelectual”, que ocorre quando uma pessoa passa a trabalhar em uma área diferente daquela para a qual estudou, em empregos piores, ou cai no mercado informal. “Estatísticas da Unicamp revelam que os trabalhadores informais representam hoje a metade do mercado brasileiro. São 25,2 milhões de pessoas, ou 48,4% do total”, disse o senador.

Ele apontou como soluções para o desemprego a redução da jornada de trabalho, o aumento dos salários e a limitação das horas extras.

Francelino homenageia catadora de papel

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) parabenizou Maria das Graças Marçal – a Dona Geralda, como é conhecida – pelo recebimento do 1º Prêmio da Unesco, distinção criada pela instituição para tornar público o reconhecimento aos dez melhores projetos em ações sociais desenvolvido ao longo do ano no Brasil.

Dona Geralda, “uma mineira de fibra”, segundo o senador, é catadora de papel nas ruas de Belo Horizonte e foi uma das criadoras da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis da capital mineira, que congrega 235 profissionais e produz de 350 a 400 toneladas de material reciclável por mês.

Como catadora de papel, informou Francelino, Dona Geralda recebe de dois a quatro salários mínimos por mês, com os quais criou quatro filhos, que mantém na escola. Ao conceder o prêmio, disse o senador, a Unesco reconheceu “sua iniciativa de amor



Francelino parabenizou Dona Geralda por prêmio recebido da Unesco

para com aquelas pessoas que, como ela, vivem do trabalho de catar e reciclar papel”, como também para o trabalho de conscientização que Dona Geralda realiza, em colégios e empresas públicas e privadas de Belo Horizonte, com palestras sobre a importância de sua atuação do ponto de vista social e em favor do meio ambiente.

Dona Geralda recebeu o prêmio em Brasília, juntamente com pessoas de destaque no cenário nacional, como o arcebispo dom Helder Câmara (*in memoriam*), o professor Paulo Nogueira Neto, da USP, e o fotógrafo Sebastião Salgado. O prêmio foi entregue pelo representante da Unesco no Bra-

sil, Jorge Whertein.

O senador por Minas Gerais informou, ainda, que Dona Geralda já merecera reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), quando participou, em Nova York, como convidada, de um projeto sobre desenvolvimento sustentado, onde relatou sua extraordinária experiência pessoal.

– Este é o relato de uma grande mulher brasileira. Este é o relato da vida de Maria das Graças Marçal, a Dona Geralda, a quem tributamos, desta tribuna, também o reconhecimento do Senado Federal pelo seu esforço e dedicação – completou Francelino.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Assunto: A Física
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Aerobahia
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: A Física
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – O senador Pedro Simon fala sobre a defesa da Amazônia
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre tarifa social de energia elétrica.
19h – *Fala, Cidadão*
19h30 – *Debate* – O senador Roberto Saturnino e o secretário de audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, falam sobre políticas públicas para o cinema brasileiro
20h30 – *Entrevista* – O senador Pedro Simon fala sobre a defesa da Amazônia

21h – *Jornal do Senado*
21h25 – *Senado em Pauta*
21h30 – *Consulta Marcada* – O cardiologista Renault Ribeiro Jr. fala sobre as doenças do coração.
22h30 – *Síntese* – Energia (1ª parte)
23h30 – *Documentário* – *Terra dos Índios* (1980, direção: Zelito Viana)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

Malan prevê redução da pobreza no país pela metade

Meta, assumida pelo Brasil durante conferência nacional das Nações Unidas realizada em Copenhagen, deveria ser cumprida até 2015. “Podemos fazê-lo muito antes disso”, disse o ministro aos parlamentares

Desde que sob a forma de programas descentralizados, o Brasil tem todas as condições de reduzir drasticamente os índices de indigência e pobreza e, assim, cumprir o compromisso assumido na Conferência Mundial de Copenhagen, em 1995, em muito menos tempo e em índices superiores aos então firmados, garantiu ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em depoimento à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza.

Na conferência, os governos com assento na Organização das Nações Unidas (ONU) acordaram o compromisso de reduzir em pelo menos 50% a pobreza em seus países até 2015. “Não tenho dúvidas de que podemos fazê-lo muito antes disso”, insistiu Malan.

Para o ministro, devem ser cumpridas duas condições, “insuficientes mas absolutamente necessárias ao combate à pobreza”: inflação baixa e crescimento econômico. Dadas essas condições, “é inevitável aprofundar a discussão sobre se o gasto público no Brasil está efetivamente dirigido aos verdadeiros pobres”, discussão para a qual Malan disse que o relatório final da comissão dará importante contribuição.

Ele se referiu a estudos de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do economista José Márcio Camargo, todos ouvidos pela comissão, que analisaram a qualidade dos gastos públicos e apontaram, entre outras coisas, que os gastos com a Previdência Social e a educação pública não beneficiam os pobres.

Na opinião do ministro, o debate sobre como resolver o problema da pobreza no país deve levar em conta a situação do Brasil no contexto mundial, reconhecer que a evolução dos indicadores sociais brasileiros é positiva e que o volume de gastos públicos na área social é o mais alto da América Latina — 21% do total, conforme o Ipea e a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

“É uma enorme perda de tempo a discussão sobre o tamanho do Estado”, cuja redução, segundo Malan, nunca foi defendida por nenhuma autoridade do governo brasileiro. Por outro lado, “é mentira, para quem se dá ao trabalho de analisar os números registrados pelo Brasil”, dizer que o país está em um de seus piores momentos, com agravamento das condições

sociais e econômicas, afirmou o ministro.

O mundo tem hoje 1,214 bilhão de pessoas que sobrevivem com US\$ 1 ao dia, sendo 1,091 bilhão na África e Ásia e 78,2 milhões na América Latina e Caribe. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 14,8% da população está em situação de indigência, mas a própria existência de uma comissão especial ocupada em diagnosticar e resolver o problema, ao lado de centenas de iniciativas públicas e privadas de combate à pobreza colocaram definitivamente a questão na agenda política, observou Malan.



Assistido por parlamentares e pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, Malan disse que a inflação baixa e o crescimento econômico são condições “absolutamente necessárias” para o combate à miséria

Senadores questionam o interesse do governo em eliminar a miséria

“O Brasil é um dos países que mais gastam na área social na América Latina”, afirmou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao ser questionado pelos senadores integrantes da Comissão para a Erradicação da Pobreza sobre o interesse do governo em eliminar a miséria. Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que os gastos do Tesouro Nacional com o serviço da dívida têm registrado evolução exponencial, enquanto a proporção dos gastos sociais em relação ao PIB mantém-se estável.

Suplicy observou que esses gastos ainda incluem despesas com previdência que, em sua opinião, não caracterizam efetivamente investimento social. Também lembrou que, a cada desvalorização do real em relação ao dólar, a pobreza brasileira aumenta significativamente. Conforme explicou, os ganhos obtidos pelos 10% mais pobres no início do Plano Real já foram anulados nos últimos dois anos. “Em que pese o processo de estabilização da moeda, o empobrecimento e a concentração de renda continuam crescendo”, afirmou.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) pregou uma mudança de mentalidade no Brasil e até uma campanha de conscientização da população sobre a solidariedade social. Em sua opinião, a Comissão para a Erradicação da Pobreza já produziu um resultado valioso, que é a vontade política de resolver o problema. “Há o objetivo de produzir um trabalho de suporte e de base para erradicar a pobreza”, disse, observando que isso envolve uma mudança de mentalidade e de cultura.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) condenou a concentração de renda e afirmou que não é a so-



Vários senadores reclamaram dos baixos investimentos públicos na área social

cidade, mas a elite e o governo que não estão dispostos a mudar o atual quadro. Ele considerou uma injustiça o fato de, na hora de captar mais receita, o governo preferir aumentar o Imposto de Renda para pessoas físi-

cas, quando poderia ampliar as alíquotas para 35%, 45% e até 55%, como já aconteceu no passado. Em sua opinião, isso não acontece por causa da “resistência de uma elite endinheirada, apoiada pela mídia”.

Marina aponta distância entre realidade e estatísticas oficiais

Na avaliação da senadora Marina Silva (PT-AC), sempre que ministros comparecem ao Senado, percebe-se a existência de duas realidades no país — um Brasil real, como o visto pela comissão ao visitar alguns dos municípios mais pobres do país, e um Brasil teórico, presente nos números e estatísticas do governo. Ela disse que, se chegasse nesses municípios com os números expostos por Pedro Malan, certamente seria taxada de louca. Ela sugeriu a adoção de um orçamento social, e denunciou que milhares de trabalhadores estão perdendo suas aposentadorias na área rural, em consequência de decisões do governo.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu ao ministro da Fazenda a criação de mecanismos econômicos capazes de interiorizar o desenvolvimento, visto que, em sua opinião, é nos centros urbanos onde mais cresce o desemprego. Agnelo Alves (PMDB-RN) lembrou os investimentos do governo de Juscelino Kubitschek e do período militar, para indagar quando o governo voltará a investir.

Antes de encerrar seu depoimento, Pedro Malan disse que os senadores ficarão surpresos quando, em março, o governo divulgar estatísticas que revelarão uma queda do déficit nominal. “Teremos uma queda extremamente abrupta desse déficit”, garantiu. Ele também sustentou que é um enorme equívoco parar de pagar a dívida para investir na área social.

Sobre renda mínima, disse que o governo tem inúmeros programas nesse setor. Incluiu nisso as aposentadorias rurais, afirmando que elas consomem quase R\$10 bilhões por ano, beneficiando 6 milhões de pessoas. Ele sublinhou que sempre defendeu a idéia de Eduardo Suplicy sobre a garantia de renda mínima a quem não tem condições de sobrevivência, mas observou que, em sua opinião, o mecanismo deve ser aplicado de maneira descentralizada.

Para ACM, obter recursos é o problema fundamental

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou positivo o comparecimento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, à reunião da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, realizada na tarde de ontem para discutir a origem das verbas necessárias aos programas que se pretende implantar.

— Acho que o debate está indo muito bem, e o importante é que ficou assegurada a presença do ministro da Fazenda e da equipe econômica — assinalou.

Antonio Carlos Magalhães disse que a prioridade atual no combate à pobreza é encontrar os meios para isto.

— Recursos. Muitos recursos. Quanto mais recursos melhor, porque a pobreza é muito grande — enfatizou.

As soluções apontadas pelo senador são o remanejamento de impostos, a criação de um imposto sobre supérfluos e a destinação de parte da CPMF para programas de combate a pobreza.

— Por que não adaptar a CPMF para o combate à pobreza? É uma maneira, inclusive, de evitar que se gaste mais com a saúde, pois, na medida em que nós damos comida, habitação e escola aos pobres, estamos evitando as doenças — argumentou.

CAS ouve ex-diretor do Indesp sobre bingos

Atendendo a requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública na próxima quarta-feira, às 9h, para ouvir o ex-presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), Manoel Tubino, e o atual diretor de Fiscalização do órgão, Luiz Antônio Bufara. Eles devem discutir perante os senadores as acusações feitas por Tubino contra o ministro dos Esportes e Turismo, Rafael Greca, no caso de um suposto favorecimento de mafiosos italianos na instalação de máquinas caça-níqueis nos bingos.

Na mesma reunião, a comissão aprecia projeto de lei oriundo da Câmara que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual. O relator da matéria é o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que se manifestou favorável à aprovação.

Plenário discutirá projeto que fixa prazo para a devolução do IR

O plenário discute, em turno único, na próxima quinta-feira, projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo de até 60 dias, após a entrega da declaração, para que a Receita Federal restitua o Imposto de Renda retido na fonte.

Na mesma sessão, o tempo destinado aos oradores na Hora do Expediente será dedicado à comemoração do 75º aniversário de fundação dos Diários Associados. A homenagem foi requerida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Estão inscritos como oradores, além do próprio Arruda, os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Edison Lobão (PFL-MA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Romero Jucá (PSDB-RR).

Ainda na quinta-feira, o Senado votará projeto de lei da Câmara que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação de idosos, internados ou recolhidos em instituições geriátricas.

Emendas ao PPA podem ser apresentadas até quarta-feira

Mas alterações no Orçamento só poderão ser propostas até hoje, sem prorrogação, garante o senador Gilberto Mestrinho

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), prorrogou o prazo para a apresentação de emendas ao Plano Plurianual 2000/2003. O prazo, que expirava hoje, foi estendido até a próxima quarta-feira, conforme anunciou Mestrinho na comissão. A

apresentação de emendas ao Orçamento do ano 2000, no entanto, só poderá ser feita até hoje, sem prorrogação, avisou o senador.

A próxima reunião da Comissão de Orçamento foi adiada para terça-feira, às 18 horas, a fim de que os parlamentares possam analisar e votar a concessão de três créditos suplementares para o Orçamento que está sendo executado este ano.



Gilberto Mestrinho anunciou a prorrogação do prazo para emendas ao Plano Plurianual 2000/2003

O primeiro deles é um crédito de R\$ 191 milhões, destinado aos ministérios dos Transportes, Meio Ambiente, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia. O outro crédito suplementar, de R\$ 141,8 milhões, tem o objetivo de reforçar as dotações orçamentárias deste ano com vistas a cobrir despesas com o pagamento de juros e do principal das dívidas interna e externa.

A comissão também examinará crédito suplementar no valor de R\$ 57,6 milhões. Parte desses recursos será aplicada em ações complementares em vários estados e em compensações de operações relativas à dívida externa da União, prejudicadas com a desvalorização do real com relação ao dólar. A outra parte será aplicada no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), cuja execução, em 1998, foi prejudicada por problemas operacionais junto a agentes financeiros, de acordo com o parecer sobre a matéria.

Todos os projetos de lei concedendo créditos suplementares têm pareceres favoráveis dos relatores, senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e deputados Márcio Reinaldo Moreira e Paulo Mourão, respectivamente.



Comissão decide se apura denúncia de desaparecimento de US\$ 100 milhões do Excel

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro reúnem-se na quarta-feira para decidir se a comissão deve ou não investigar uma denúncia da revista *IstoÉ Dinheiro* de que o Banco Central descobriu operações irregulares no Banco Excel que "fizeram desaparecer US\$ 100 milhões" da instituição. O Excel foi o comprador do Banco Econômico, dentro do Proer, o que exigiu injeções financeiras próximas de R\$ 5 bilhões do Banco Central.

O relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), informou ontem que a comissão designou dois assessores para que façam um levantamento junto ao Banco Central para verificar o que realmente foi descoberto e municiar os senadores antes de tomarem a decisão. O senador Jader Barbalho (PA), líder do



João Alberto designou assessores para verificar o que foi descoberto sobre o episódio

PMDB, já havia apresentado requerimento à CPI para investigar o episódio Excel, mas até agora seu pedido não foi votado.

Ao depor à CPI, em agosto, Ezequiel Nasser, ex-dono do Excel, afirmou ter deixado o banco "tinindo" e que o vendeu ao Banco Bilbao Viscaya "por apenas um real". Conforme a *IstoÉ Dinheiro*, o Banco Central descobriu operações financeiras simuladas

envolvendo também a agência do Banco Excel-Econômico nas Bahamas, conhecido paraíso fiscal.

Na mesma reunião da próxima quarta-feira, os senadores devem ouvir partes do relatório de João Alberto que tratam dos negócios entre o Banco do Brasil e a construtora Encol e da venda de dólares pelo BC, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam.

Documentário retrata 100 anos de Dom Casmurro



A TV Senado exhibe, neste fim de semana, o documentário

Alma Curiosa de Perfeição, uma homenagem aos 100 anos da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

Dirigido pela cineasta e editora da TV Senado, Maria Maia, e realizado pela emissora, o documentário conta a vida do escritor e apresenta depoimentos de especialistas e escritores como Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Antônio Olinto, Josué Montello, Eduardo Portella, Carlos Fuentes, Hermenegildo Bastos e o senador José Sarney.

A Orquestra de Senhoritas também leva a música *Alma Curiosa de Perfeição* ao documentário, que ainda apresenta uma canção de Dora Galessio, com letra de Machado de Assis, interpretada pela soprano Stella Brandão. A narração do documentário é do embaixador Mauro Moreira e de Myriam Violeta.

O documentário vai ao ar amanhã e no domingo, às 10h e 19h.

TV mostra como evitar doenças do coração

Países como Índia, China, Indonésia e Brasil vão enfrentar uma epidemia de doenças do coração na próxima década. Os dados são da Organização Mundial de Saúde. Esse é o tema do programa *Consulta Marcada*, que convidou o cardiologista Renault Ribeiro Júnior para falar sobre as atitudes que as pessoas podem tomar para evitar problemas cardíacos. O programa vai ao ar hoje, às 21h30, amanhã e domingo, às 9 horas.

Para o cardiologista, a informação é essencial para minimizar o problema. Segundo ele, o paciente que se cuida desde cedo pode evitar uma série de problemas.